

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34 / XV / 1.ª SL

Aos dezassete dias do mês de janeiro de 2023, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala n.º 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que se anexa e que faz parte integrante da presente ata, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1. Informações gerais

2. Apresentação, discussão e votação do Parecer relativo ao [Projeto de Lei n.º 377/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Procede à segunda alteração da Lei n.º 66-a/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Deputado(a) relator(a): Paulo Pisco (PS)

3. Baixou à Comissão o [Projeto de Resolução n.º 137/XV/1.ª](#) (PCP) - Recomenda ao Governo que submeta à aprovação da Assembleia da República para ratificação o Tratado de Proibição das Armas Nucleares adotado pela Organização das Nações Unidas em 7 de julho de 2017.

4. Apreciação e votação de admissibilidade de petições

[Petição n.º 86/XV/1.ª](#) - Pedido de apoio a emigrantes portugueses na Suíça.

Primeiro peticionário: Vítor Carlos Oliveira da Fonseca

5. Distribuição de Parecer, a solicitação de Sua Excelência o PAR, sobre a criação do Grupo Parlamentar Conexo com a UNESCO

6. Distribuição de nomeação de relator(a) no âmbito do Parecer sobre a [Conta Geral do Estado de 2021](#).

Deputado(a) relator(a): PSD

7. Outros assuntos

_____ // _____



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34 / XV / 1.ª SL

Iniciada a sessão, dirigida pelo Presidente da Mesa da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto, foi por este referido, no âmbito do **Ponto 1.** da OD que:

- No próximo dia 24 de janeiro, pelas 15 horas, terá lugar a audição regimental do senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros (sala ainda por designar).
- De seguida, deu as boas-vindas ao Deputado António Cunha (PSD) que substituirá a Deputada Carla Madureira no elenco desta Comissão.
- O Senhor Presidente da Assembleia da República (PAR) solicitou à 2.ª Comissão a apreciação de pedido formulado por diversos Deputados, relativamente ao regime a aplicar a uma sua deslocação à União Indiana, tendo em vista a atribuição de ajudas de custo. Neste seguimento, os serviços da Comissão elaboraram um projeto de resposta, analisando jurídico-regimentalmente a envolvente desta Comissão, o qual foi disponibilizado aos Deputados.

Intervieram seguidamente os Deputados:

Francisco César (PS), para dar a sua concordância ao teor da Nota em apreço, por sinal, bem elaborada, enquadramento perfeitamente a situação e com conclusão que reflete o regime jurídico aplicável.

Tiago Moreira de Sá (PSD), para também concordar com o teor da Nota, embora tenha realçado a existência de casos em que situações semelhantes mereçam acolhimento, dada a sua relevância parlamentar.

Concluiu o Presidente da Mesa que, dada a unanimidade da apreciação, que a Nota em causa seja remetida ao PAR, para os efeitos devidos.

No Ponto 2., foi concedida a palavra ao Deputado Paulo Pisco (PS) para apresentação do seu parecer. Identificou diversas medidas constantes do projeto com as quais concorda, a par de outras em que manifestou divergência. Relembrou que o PS irá igualmente apresentar o seu Projeto de Lei acerca da mesma matéria, o que +permitirá que em sede de especialidade se possa chegar a um projeto mais consensualizado. Não obstante, concluiu que o Projeto sob análise reunia condições para subir a Plenário, a fim de ser votado na generalidade.

Seguidamente, intervieram os Deputados:



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34 / XV / 1.ª SL

Maló de Abreu (PSD), que começou por agradecer o trabalho realizado pelo autor do Parecer. Fez notar, porém, que o autor na sua intervenção presencial em Comissão, não expôs as suas ideias sobre esta matéria, antes, veiculou a sua posição oficial enquanto coordenador do PS nesta Comissão. Realçou que o Parecer vem de encontro a uma necessidade sentida há já longo tempo, remetendo o tratamento da questão para a discussão que ocorrerá na especialidade.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência de IL, PCP e BE.

Passados ao Ponto 3., foi anunciada em Comissão a pendência desta iniciativa, cabendo agora ao PCP proceder junto dos serviços ao respetivo agendamento.

No Ponto 4., foi lida a Nota de Admissibilidade referente à Petição acima titulada. Em concreto, refere-se a existência de discrepâncias entre o teor dos relatórios médicos comunicados às seguradoras e o diagnóstico e prognóstico médicos partilhados com os próprios pacientes durante as respetivas consultas, facto que envolvendo a atribuição de uma percentagem de invalidez, «(...) definirá o apoio financeiro que a pessoa receberá e ajuda na reinserção e integração profissional (...)», gerando situações de «(...) injustiça e revolta pelo facto que estes acontecimentos prejudicam a vida de cada um destes emigrantes, não só a nível financeiro, como emocional, provocando stress, ansiedade e até depressão.»

São objetivos dos peticionários, por um lado, garantir apoio jurídico de advogados aos trabalhadores nas situações em apreço e, por outro, interceder junto do Estado suíço no sentido do auxílio à resolução deste problema. Atendendo a que o sistema suíço de proteção em acidentes de trabalho é privado, que todos os cidadãos nacionais à proteção diplomática e consular por parte do Estado português, mormente no seu relacionamento com as autoridades e/ou entidades relevantes do Estado onde residam e laborem, e ainda, que é ao Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros que compete definir e executar a política externa portuguesa, entendeu a Comissão que a resposta a esta matéria só poderia ser dada pelo Governo, motivo pelo qual a Nota preconiza, nos termos conjugadamente previstos na al.ª c) do n.º 1 e no n.º 2, ambos do artigo 19.º da LEDP, solicitar a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, que a presente Petição fosse remetida ao Ministério dos Negócios



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34 / XV / 1.ª SL

Estrangeiros, dando do facto conhecimento ao peticionante. Por conseguinte, habilitada pelo disposto no do n.º 13 do artigo 17.º da LEDP, sugeria a Nota de Admissibilidade que a mesma fosse convolada em Relatório Final, assim se dando por concluída a intervenção da Assembleia da República no presente âmbito. Submetida a votação, a Nota de Admissibilidade foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência de IL, PCP e BE.

No Ponto 5., foi lembrado pelo Presidente da Mesa tratar-se de um Grupo Parlamentar de Amizade Multilateral que havia já existido em Legislaturas anterior. Dada a natureza das matérias em causa, foi sugerido que a elaboração de parecer coubesse à Deputada Edite Estrela (PS), o que foi aceite pela própria.

No Ponto 6., o PSD indicou como autor do parecer o Deputado João Montenegro.

_____ // _____

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas quinze horas e cinquenta minutos, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente ata.

Palácio de São Bento, 17 de janeiro de 2023,

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Sérgio Sousa Pinto)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34 / XV / 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Real (PS)
Cláudia Santos (PS)
Edite Estrela (PS)
Eunice Pratas (PS)
Francisco César (PS)
Gil Costa (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Nathalie Oliveira (PS)
Paulo Pisco (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
João Montenegro (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
Bruno Coimbra (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Azevedo (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Francisco Pimentel (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Rodrigo Saraiva (IL)
Paula Santos (PCP)
José Moura Soeiro (BE)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34 / XV / 1.ª SL

Ata aprovada em reunião da Comissão, em 14 de fevereiro de 2023